**Plenária sobre Consórcios Municipais encerra o ciclo de palestras do dia**

Com a presença de Rafael Goffi, coordenador do SP+Consórcios do Governo do Estado de São Paulo; Rosemeire Francé Vital, Secretária Executiva do CIENSP; José Roberto Santinoni Veiga, Prefeito Municipal de Coronel Macedo e Presidente da AMPAVA e José Mário Brasiliense, Doutor em administração pública e Presidente da Oficinal Municipal, conduzem o tema Consórcios Municipais, apresentando quadros positivos sobre assunto. A função do

O Presidente da AMPAVA, José Roberto, apresenta o Consórcio de sua região, composto por dezenove municípios, com base em multitemas, com GTs (Grupos de Trabalho) já compostos nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e turismo; que de forma uníssona busca resoluções para a região, já conseguindo resultados como o SAMU Regional, com uma base fixa e oito bases itinerantes; plano regulatório de resíduos sólidos. No turismo, o desenvolvimento do Caminho das Águas, fazendo parte do Turismo Religioso. A atenção com os CRAS, porta de entrada do acolhimento social, em um trabalho regionalizado, garantindo um espaço maior e mais bem equipado.

“Estamos longe do sentimento mundial de igualdade, ainda trazemos em nós o instinto primitivo de sobrevivência e reprodução. Os consórcios podem trabalhar as melhores competências para um trabalho para todos”, diz José Roberto Macedo.

“Ao menosquatrocentos e sessenta e oito municípios participam de algum tipo de consórcio em São Paulo. O levantamento da SDR aponta ainda que são 21 consórcios multifinalitários e 38 unifinalitários no estado. Com o “SP+Consórcios”, os consórcios se transformam em um importante instrumento de desenvolvimento regional e de cooperação entre os municípios e destes com o Executivo Estadual”, afirma Rafael Goffi, coordenador do programa.

Conseguir enxergar as demandas regionais e buscar soluções únicas para resolvê-las é a função do Consórcio, que pode agir desde compra para abastecimento regional, que terá melhor oferta devido a quantidade, ou mesmo a construção de Casas Abrigo, que podem ser construídas em cidades determinadas e oferecer o produto para todos os municípios envolvidos. Um bom “case” de sucesso foi a Lei que garante regiões, a comercializarem seus produtos alimentícios artesanais de origem animal, por toda uma área estabelecida.

O governador acabou de assinar o projeto Entulho Zero, com a compra de usinas, que beneficiarão questões ambientas e de saúde em Consórcios. Vale lembrar que inicialmente os Consórcios poderiam ter apoio das secretarias de saúde, meio ambiente e educação.

Rosemeire trouxe sua experiência à frente do CIENSP – Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste, que trabalham com políticas públicas diversas. Comenta ser o Consórcio uma grande ferramenta que deveria ter um maior apoio dos vereadores, já que para sua constituição, é necessário que as câmaras dos locais envolvidos, apoiem a decisão. A criação de um Consórcio dependerá sempre da aprovação das gestões públicas, tanto legislativo como executivo, que ganharão para suas gestões a possibilidade da criação de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos que poderão apontar não apenas problemas a serem resolvidos, mas também como podem ser sanados com parcerias ou patrocínios, apoios que podem contemplar um Consórcio.

José Mário Brasiliense Carneiro, da Oficina Municipal, afirma que Consórcios Intermunicipais são ferramentas para desenvolvimento regional, podendo emanar e si uma grande força de mudança, como acontece na Alemanha, onde os Consócios Intermunicipais tem voz e força, onde adquiram uma força de decisão, estando hierarquicamente abaixo do governador, porém acima do prefeito.

“Temos vários títulos publicados para ajudar a embasar o conhecimento do assunto e orientamos sobre as práticas que poderão ser utilizadas. Temos como exemplo a Parceria Oficina Municipal com o Instituto Itaú Cultural para melhoria da educação, que pode ser aplicado nos Consórcios, fortalecendo não apenas um município, mas sim a região; e assim segue com trabalhos em outros eixos administrativos que podemos ajudar a desenvolver e auxiliar inclusive na busca de parceria financeira”.

A Oficina Municipal foi fundada em 24 de junho de 2002 por José Mario Brasiliense Carneiro, que reuniu juntamente com seu pai, José Raul de Almeida Brasiliense Carneiro, um grupo de advogados, administradores públicos, urbanistas e empresários de São Paulo que compartilhavam interesses pela política, pelo planejamento urbano inspirado em Lebret, e pela promoção do Bem Comum numa perspectiva humanista e cristã.